

## BOLETIM 729

Brasília, 7 de fevereiro de 2019



## FETICOM-RS LEVA REIVINDICAÇÕES AO GOVERNO DO ESTADO

A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Rio Grande do Sul (FETICOM-RS), através do seu vice-presidente, Paulo Sérgio Alves de Souza; secretário Administrativo, José Sirlon Oliveira Ribeiro; e do dirigente Neivo Adair Polaczinski, reuniu-se nesta quarta-feira (6) com o atual governador do Estado, Eduardo Leite, para tratar de algumas demandas de interesse das categorias representadas pela entidade. Os dirigentes sindicais representaram o presidente Aroldo Garcia que se encontra em Brasília.

Segundo os dirigentes sindicais, a reunião serviu para discutir com o governador as regras de reajuste do piso regional, cuja data-base é o próximo mês de março, quando se pretende obter um ganho acima da inflação, assim como para



atualizá-lo da atual situação dos trabalhadores nas madeiras e serrarias, bem como nas olarias.

Um dos problemas apontados decorre da disparidade fiscal entre alguns produtos cujas alíquotas tributárias são inferiores no Estado de Santa Catarina e acabam provocando uma concorrência desleal para as olarias e madeiras gaúchas, principalmente, gerando perda de postos de trabalho e redução drástica na arrecadação do Estado e de inúmeros municípios. Outra questão apontada é a falta de fiscalização.

O governador Eduardo Leite comprometeu-se a estudar cada uma das reivindicações apresentadas pelos sindicalistas e a agendar um novo encontro para avaliar cada um dos pontos discutidos. Participaram também do encontro representantes da Central dos Sindicatos do Brasil (CSB).

*Fonte: Comunicação CONTRICOM, com informações da FETICOM-RS*



## Para economista, reforma da Previdência ignora trabalhadores informais

A reforma da Previdência de Jair Bolsonaro ganhou contornos mais visíveis nesta semana. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da equipe econômica do governo de extrema direita retoma medidas da primeira proposta de Michel Temer (MDB), como equiparar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres em 65 anos.

O texto da PEC foi divulgado nesta terça (5) pelo portal Estadão e pela agência Broadcast. O governo quer fixar o tempo de contribuição de 40 anos para quem quiser receber o valor integral do benefício. Mas a grande novidade do texto é a criação de um sistema de capitalização.

Neste sistema, o fundo da Previdência é extinto. As contribuições vão para uma conta individual e são aplicadas em investimentos. O valor é definido na contratação do plano, e o benefício que será recebido varia de acordo com a rentabilidade.

Hoje, o modelo da Previdência se baseia no sistema de repartição: há contribuição de trabalhadores, das empresas e do Estado. Ou seja, um fundo financeiro que cresce quando o emprego cresce.

A economista Denise Gentil, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), teme os efeitos da proposta após a

aprovação da reforma trabalhista. Segundo ela, se aprovada, a reforma de Bolsonaro aumentará a desigualdade no país.

“O custo social dessa mudança é o seguinte: só os trabalhadores que conseguirem poupar uma parte do seu salário poderão fazer uma reserva para sua fase de inatividade”, alerta a economista. “Com os baixos salários que temos hoje no Brasil, pouquíssimos brasileiros poderão ter uma aposentadoria no futuro. E o Estado resolveu abandonar essa parcela da população porque, simplesmente, o regime de repartição acabou”, afirma.

Quatro em cada dez trabalhadores no país estão no mercado informal, aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 2017 e 2018, houve perda de 460 mil vagas com carteira assinada.

O texto do governo, por enquanto, tem apenas a previsão legal da capitalização, deixando a regulamentação para um projeto de lei. Porém, já determina que o modelo terá caráter obrigatório.

A economista pondera ainda que a PEC não vai resolver o problema do déficit público. “Pelo contrário, o sistema de capitalização vai reduzir as receitas e provocar um déficit no regime geral, de repartição, que vai continuar existindo porque já tem aposentados que pertencem a esse regime”, diz a economista.

O governo de Bolsonaro prevê um período de transição entre os sistemas que chegaria a 19 anos.

*Fonte: Brasil de Fato*

## Guedes apresentará reforma a governadores no dia 20

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deve apresentar aos governadores a proposta para a reforma da Previdência no dia 20 em reunião em Brasília. A informação é do governador de Pernambuco, Paulo Câmara, que esteve nesta quarta (6) em reunião com Guedes, no ministério, em Brasília.

“Não conheço ainda a reforma da Previdência. A gente sabe de alguns pontos que podem ser colocados. O ministro falou de maneira genérica. Não falou ponto a ponto. Vamos ter uma reunião no dia 20 de fevereiro com todos os governadores do Brasil onde o ministro vai efetivamente apresentar qual é sua proposta para Previdência”, disse ao deixar o ministério.

Câmara disse que é preciso fazer a reforma e acrescentou que o déficit na Previdência dos estados é “muito forte”. Segundo ele, em Pernambuco, o déficit da Previdência no ano passado chegou a R\$ 2,6 bilhões. “Todos nós sabemos da necessidade de fazer a reforma. O meu partido [PSB] tem objeções a alguns pontos que foram colocados lá atrás - a preocupação com a questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais, do BPC [Benefício de Prestação Continuada]. Tudo isso a gente precisa conhecer”, disse.

Segundo o governador, na reunião também foi debatido sobre a necessidade de maior repartição de recursos com estados e municípios, atualmente “concentrados” na União, além da liberação de crédito para o estado.

*Fonte: Agência Brasil*



FRENTE PARLAMENTAR MISTA  
EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

## Frente em defesa da Previdência quer apresentar proposta

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social quer apresentar proposta de reforma diferente da do governo. A frente será relançada oficialmente no dia 20 de março, mas desde já deputados e senadores se articulam na Câmara.

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que é fundamental que o grupo apresente sua própria versão da reforma da Previdência. Além disso, Paim pede aos parlamentares que esclareçam a população sobre a real situação da Previdência.

“Hoje, 75% da arrecadação da Previdência, lá no bolo da seguridade, vem de tributação sobre o lucro, faturamento, PIS/PASEP, jogos de lotérica, contribuição do empregador que é 20% sobre a folha de salário e ainda toda vez que você compra ou vende alguma coisa você também paga a Previdência”, explicou.

**Propostas** - A Frente conta com o apoio de 102 entidades representativas da sociedade civil. O presidente da Anfip, Floriano Neto, afirmou que atualmente a Previdência funciona no regime de repartição, pelo qual trabalhadores da ativa financiam a aposentadoria dos inativos.

*Fonte: Agência Câmara*



## Reforma Trabalhista: jovens enquadrados na capitalização

A reforma da Previdência que será enviada ao Congresso irá relegar os mais jovens para o enquadramento no modelo de capitalização, no qual cada trabalhador contribui para sua própria aposentadoria, informa o jornal O Globo. O governo avalia deixar de fora direitos trabalhistas, inclusive os que estão previstos no artigo sétimo da Constituição Federal, como FGTS, férias e 13º.

A reportagem ainda destaca que "como esses direitos são considerados cláusula pétrea, o Estado não pode simplesmente acabar com eles. A alternativa que vem sendo discutida é criar condições para que o próprio empregado faça a opção, abrindo mão de todos eles, ficando, assim, de fora da CLT. De acordo com fontes a par do que vem sendo analisado, já existe uma base legal para isso que é a reforma trabalhista. Em vigor há pouco mais de um ano, ela permite que o acordado prevaleça sobre o legislado."

A matéria informa: "o objetivo do governo é reduzir os encargos para os empregadores e estimular a geração de empregos, sobretudo para os jovens. O governo deve usar a data de nascimento para definir a linha de corte para os trabalhadores que terão a chamada carteira verde e amarela. Os celetistas continuarão com a carteira de trabalho tradicional, a azul."

Segundo uma fonte da equipe econômica, a ideia é copiar o que foi feito com o FGTS no passado, quando os trabalhadores abriram mão da estabilidade no emprego em troca do Fundo. Depois, o FGTS se tornou obrigatório. Como os novos trabalhadores ficarão de fora da CLT, eles poderão procurar a Justiça comum, caso sejam prejudicados.

Fonte: Brasil247

## Funasa terá ex-ministro de Temer, editor da portaria do 'trabalho escravo'

O ex-deputado Ronaldo Nogueira (PTB-RS) foi nomeado por Bolsonaro para comandar a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), órgão vinculado ao Ministério da Saúde. Nogueira foi ministro do Trabalho de Michel Temer, tendo editado uma portaria que dificultada a repressão ao trabalho escravo. Ele também fracassou em se reeleger deputado.

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo destaca que "enquanto estava no ministério, Nogueira editou uma portaria que dificultava a repressão do trabalho escravo. A medida provocou reações tanto no cenário nacional quanto internacional. A OIT deixou claro que a nova regra poderia aumentar a fragilidade da população. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, por sua vez, classificou a medida como retrocesso e a ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, por fim, suspendeu os efeitos da medida."

A matéria ainda acrescenta: "o Ministério Público Federal do Distrito Federal propôs uma ação de improbidade administrativa contra Nogueira, sob a justificativa de que sua gestão agiu deliberadamente para enfraquecer a luta contra o trabalho escravo".

Além de ser centro de críticas, Nogueira teve seu nome citado no ano passado por um dos envolvidos na Operação Registro Espúrio, que investigava uma suposta organização criminosa que controlava registros sindicais.

Fonte: Brasil247

## Projeto altera reforma determina afastamento de gestantes e lactantes de ambientes insalubres

O Projeto de Lei 11239/18 determina que mulheres gestantes e lactantes se afastem de trabalhos insalubres com direito a pagamento de adicional de insalubridade pela empresa. Já aprovada pelo Senado, a proposta tramita na Câmara dos Deputados.

Pelo texto, o exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo pela gestante ou lactante somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde emitido por médico do sistema privado ou público de saúde que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades.

Ainda segundo o projeto, quando não for possível que a gestante ou a lactante afastada exerça atividade ou operação salubre na empresa, a hipótese será considerada gravidez de risco e ensejará a percepção de salário-maternidade mais adicional de insalubridade durante todo o período de afastamento.

**Reforma trabalhista** - O projeto modifica a reforma trabalhista de 2017 (alterou a Consolidação das Leis do Trabalho - Decreto-Lei 5.452/43), que determina que o afastamento de gestantes e lactantes de trabalhos insalubres em grau médio ou mínimo só aconteça mediante apresentação de atestado médico. Com a proposta, o afastamento passa a ser a regra.

O autor da proposta, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), explicou que o projeto foi



**Mulheres grávidas ou lactantes não podem trabalhar em ambientes insalubres.**



elaborado com o objetivo de suprir lacuna deixada pelo fim da vigência da Medida Provisória 808/2017, que modificava os dispositivos referentes ao tema na reforma trabalhista. A MP não chegou a ser votada e acabou não sendo convertida em lei.

**Tramitação** - A proposta será analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara*

### **BOLETIM CONTRIGOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**